



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

de Carvalho-Barreto, André; Ferro Bucher-Maluschke, Júlia Sursis Nobre; de Almeida, Paulo César;
DeSouza, Eros

Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 22, núm. 1, 2009, pp. 86-92

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18815253011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desenvolvimento Humano e Violência de Gênero: Uma Integração Bioecológica

Human Development and Gender Violence: A Bioecological Integration

André de Carvalho-Barreto^{*,a}, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke^a,

Paulo César de Almeida^b & Eros DeSouza^c

^aUniversidade de Fortaleza, ^bUniversidade Estadual do Ceará & ^cIllinois State University

Resumo

O objetivo da presente pesquisa foi compreender a etiologia da violência de gênero usando a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. A abordagem bioecológica concebe a violência de gênero como um fenômeno multidimensional embasado em uma interação de diversos fatores. Assim, neste artigo emprega-se o modelo bioecológico como uma ferramenta heurística para organizar esses fatores em quatro níveis: pessoal, que compreende as características biológicas e psicológicas da pessoa; processual, que envolve as interações interpessoais; contextual, que inclui os aspectos da rede de apoio social, da comunidade, da cultura da pessoa; e temporal, que corresponde à intrageracionalidade, intergeracionalidade e transgeracionalidade. Os autores sugerem que o modelo proposto é um instrumento útil para guiar futuras investigações científicas e intervenções.

Palavras-chave: Violência de gênero; violência doméstica; violência contra a mulher; desenvolvimento humano.

Abstract

The purpose of the present study was to examine the etiology of gender violence using the Bioecological Theory of Human Development. Such approach considers gender violence as a multidimensional phenomenon grounded in an interrelationship among several factors. Thus, this model is an heuristic tool that organizes several factors into four levels: personal (biological and psychological characteristics), processing (interpersonal interaction), contextual (social support network, community, and culture), and temporal (intra-, inter-, and trans-generational). The authors suggest that the proposed model is a useful tool for guiding future research studies and interventions.

Keywords: Gender violence; domestic violence; violence against women; human development.

Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (Hartigan, 1997; Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2003) relatam não existir nenhum país, cidade ou comunidade imune à violência. Das violências interpessoais, a cometida pelo homem contra a mulher é considerada por esses órgãos como um dos maiores problemas mundiais atuais, chegando a valores entre 10 e 69% de incidência, ocorrendo, costumadamente, no ambiente doméstico (Diniz & Pomdaag, 2004; Guareschi, Weber, Comunello, & Nardini, 2006).

No Brasil, a violência contra a mulher é um dos maiores problemas de saúde pública, atingindo um quarto da po-

pulação (Jacobucci & Cabral, 2004). Apesar da elevada freqüência, Saffiotti (2004) acentua faltar fidedignidade dessas informações, sendo sua incidência de 45% ou mais, pois as agressões psicológicas (manipulações verbal e comportamental, insultos, chantagem e isolamento) são raramente percebidas como violência por não serem atos imoderados e/ou cruéis que deixam danos físicos severos (Martins & Bucher-Maluschke, 2005). O que ocorre no Brasil, para Saffiotti (2004), é que a violência psicológica contra a mulher se tornou tão corriqueira que deixou de ser percebida como agressão.

Em resultado da violência de gênero, diversas sintomatologias e transtornos do desenvolvimento podem se manifestar, como doenças nos sistemas digestivo e circulatório, dores e tensões musculares, desordens menstruais, depressão, ansiedade, suicídio, uso de entorpecentes, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), além de lesões físicas, privações e assassinato tanto da vítima quanto do agressor (Carlson, McNutt, Choi, & Rose, 2002; Loxton, Schofield, Hussain, & Mishra, 2006).

Embora a violência de gênero seja estudada desde os anos setenta nos EUA e na Europa, apenas nos anos noventa os brasileiros iniciaram, expressivamente, suas pesquisas.

* Endereço para correspondência: Universidade de Fortaleza, Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos, Mestrado em Psicologia, Av. Washington Soares, 1321, bloco N, sala 13, Edson Queiroz, Fortaleza, CE, Brasil, CEP 60811-305. Tel.: (85) 3477 3219. E-mail: andrecarvalhobarreto@yahoo.com.br
Esse estudo contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e é derivado da Dissertação de Mestrado em Psicologia do primeiro autor pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Os autores agradecem aos estudantes de iniciação à pesquisa do curso de psicologia da Unifor, Tâmara Matos Vasconcelos e Victor Figueiredo de Norões Brito.

Com base na revisão dessas pesquisas feita por R. Gomes (2003), constatou-se que mais de 75% dos estudos nacionais culpam as relações de gênero como causadoras dos maus-tratos às mulheres. Para a OMS (Krug et al., 2003), entretanto, essa violência não é originada por único agente, mas é resultado da ação sistêmica de fatores diversos.

Este artigo objetiva explicar a etiologia da violência de gênero a partir da ótica sistêmica da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Desenvolvida no fim da década de setenta por Bronfenbrenner (1979/2002, 2004), esta teoria multidimensional foi aplicada como uma ferramenta heurística em estudo sobre violência interpessoal: para compreender a agressão, inicialmente, contra crianças (Garbarino & Crouter, 1978) e, posteriormente, contra jovens e adultos (Heise, 1998). Sua estrutura propõe a relação entre os níveis Processual, Pessoal, Contextual e Temporal (PPCT) sobre o comportamento humano, considerando a violência como um produto deles (Bronfenbrenner, 2004).

Nível Pessoal

Por vários anos, grande parcela da comunidade feminista recusou-se fortemente a reconhecer a existência de características pessoais que influenciassem a violência, gerando poucas produções sobre o agressor e a vítima (Heise, 1998). Essa comunidade, todavia, nunca explicou por que determinadas mulheres eram mais alvo de agressões do que outras.

Para a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (2004), as características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa, durante o ciclo vital, produzem, dinamicamente, a maneira como ocorrem suas relações interpessoais, podendo essa maneira facilitar a violência no casal. Dados epidemiológicos (Galvani, 2006; Kronbauer & Meneghel, 2005; Krug et al., 2003) indicam que em mais de 60% dos casos de violência tanto vítima quanto agressor não concluíram o Ensino Fundamental, e que entre os perpetradores, de 15 a 45% são usuários de bebidas alcoólicas e/ou de substâncias tóxicas.

De acordo com Cecconello e Koller (2003), características inibidoras do desenvolvimento da pessoa, como a falta de escolaridade, afetam as relações interpessoais, podendo provocar uma dinâmica de relações propiciadoras à agressão. Galvani (2006) complementa, acentuando que as drogas não podem ser ditas como causadoras de violência, conforme pensam estudiosos (e.g., Brecklin, 2002), mas potencializadoras de personalidades violentas, já que o agressor aproveita de sua dependência e dos efeitos que as drogas provocam para cometer seus atos, eximindo-se da culpa e das consequências sociais e também morais.

Dutton e Goland (1997) evidenciam que homens violentos têm os seguintes tipos: (a) psicopático; (b) hiper-controlado; e (c) cíclico. O tipo psicopático é o mais raro, seus maus-tratos sempre têm algum objetivo e atingem não somente a esposa, mas os filhos, parentes, vizinhos e conhecidos. Costumeiramente, esses homens têm antecedentes

criminais, como furto, falsificação, tráfico de drogas, assassinatos, dentre outros. Sua consciência moral é debilitada, não tendo remorsos por suas ações, chegando a assumi-las como se fossem um comportamento natural do homem. Como consequência, os agressores psicopáticos dificilmente aprendem com seus atos, sendo bastante resistentes ao processo psicoterapêutico.

Aproximadamente, 30% dos agressores são hipercontrolados (Dutton & Goland, 1997). Esses homens parecem estar distanciados de seus sentimentos, comportando-se passivamente e evitando contato interpessoal. Sua agressão resulta do acúmulo progressivo de frustrações. Eles têm por característica serem costumeiramente bem-vistos social e profissionalmente, ficando as pessoas próximas surpresas quando descobrem seus abusos.

O último perfil, para Dutton e Goland (1997), é o mais encontrado, compreendendo abusadores cílicos ou emocionalmente instáveis, caracterizados como incapazes de descobrir plenamente seus sentimentos e querer controlar a vida íntima de sua vítima. Freqüentemente, ao iniciarem um relacionamento amoroso, escolhem aquela pessoa sobre a qual terão mais possibilidade de estabelecer controle e domínio psicológico ou físico, como mulheres com baixa auto-estima, carentes afetivamente, com algum déficit cognitivo, donas de casa em tempo integral ou com timidez excessiva.

Estudos realizados por Bucher-Maluschke (2003, 2004) e Hirigoyen (2006), sobre mulheres que têm dificuldade de deixar o relacionamento com os companheiros violentos, relatam que elas não têm uma personalidade masoquista, mas sentimentos de desestabilidade, confusão, falta de confiança em si, angústia, isolamento e dependência do agressor. Constata-se, nesses estudos, que a pessoa, ao nascer, tende a continuar seu desenvolvimento no âmbito biológico, iniciando a formação de sua personalidade. As características pessoais que vão surgindo ao longo do desenvolvimento interferem, influenciando no modo como serão as relações interpessoais, mas não predestinando ninguém a ser vítima ou agressor.

Nível Processual

O processo proximal é considerado, para Bronfenbrenner (2004), como uma transferência de energia bidirecional ou unidirecional de uma pessoa para com os objetos, símbolos e outras pessoas, estando estas imersas no mesmo ambiente. O processo é o principal componente do modelo bioecológico, por nele se estabelecer o grau das relações dos parceiros entre si e com os outros sistemas.

Na violência conjugal, a transferência de energia entre agressor e vítima não é unidirecional, ou seja, daquele que comete a violência para quem a recebe. A violência doméstica, especialmente, é construída em uma relação bidirecional (Espindola, Bucher-Maluschke, & Santos, 2004; Kwong, Bartholomew, Henderson, & Trinke, 2003). Se não forem bem trabalhados pelos parceiros, conflitos causados por decepções com o cônjuge, diferenças de *status* entre o

casal, ciúmes ou eventos estressores externos ao casal podem fomentar um relacionamento com discussões que, agravado pela convivência dos parceiros, pode resultar em agressões psicológicas, físicas e sexuais (Glass, Koziol-McLain, Campbell, & Block, 2004; Krug et al., 2003).

Em consequência desses conflitos estressores, aumenta o número de mulheres e de homens homossexuais e heterossexuais em busca da justiça e dos hospitais para se queixarem e se tratarem de violências cometidas pelo companheiro (Assis & Constantino, 2001; Swan & Snow, 2003; Toro-Alfonso & Rodríguez-Madera, 2005). Estudos realizados sobre violência doméstica registraram uma porcentagem de 3% a 5% de homens heterossexuais e de 5% de mulheres e homens homossexuais vitimizados fisicamente pelo parceiro (Glass et al., 2004; Hirigoyen, 2006).

Acredita-se que esses números sejam subestimados porque homens heterossexuais têm dificuldade de confessar sua situação de violência (Assis & Constantino, 2001), as mulheres e os homens homossexuais não relatam o verdadeiro perpetrador por medo do preconceito (Glass et al., 2004; Toro-Alfonso & Rodríguez-Madera, 2005) e as mulheres agressoras usam mais a violência perversa e a manipulação, dificultando a identificação de seu ato para os sistemas judiciário e de saúde, como assinala Hirigoyen (2006). Com maior freqüência, porém, a violência física e a psicológica das mulheres são reativas (Glass et al., 2004). A maior parte faz uso da agressão como defesa às violências que já estavam sofrendo da parte do parceiro (Hirigoyen, 2006; Swan & Snow, 2003). Sem negar a violência feminina, é preciso cuidado para não desmerecer a mulher vítima, sendo o homem perpetrador quem provoca 90% dos casos de agressões às mulheres (Espindola et al., 2004; Koziol-McLain, Coates, & Lowenstein, 2001).

Fazendo uso de mecanismos psicológicos de dominação aceitos pela mulher, como prova de amor, o homem agressor passa a controlá-la. Caso ela resista, mostrando sinais de autonomia, ele passa a empregar procedimentos violentos cada vez mais manifestos. Quanto mais rotineiros e imprevisíveis são os maus-tratos, menos a mulher passa a dispor de recursos psicológicos para deixar o companheiro, adotando mecanismos de adaptação e sobrevivência, como dissociação do pensamento, negação ou anulação dos sentimentos que sente por si e até uma identificação com o agressor, semelhante à encontrada nas portadoras da Síndrome de Estocolmo. Sob essas circunstâncias, a mulher assujeita-se ao parceiro sem perceber (Hirigoyen, 2006; Narvaz & Koller, 2006c; Saffioti, 2004).

Estando a mulher já assujeitada, o agressor faz uso de reversão para manter seus atos de violências física e sexual, culpando a companheira pela agressividade cometida por ele. A vítima passa a absolver o parceiro. Antecipando seus atos violentos, torna-se obediente, procurando não o desagravar e não pensando em deixá-lo para não destruir seu relacionamento ou sua família. A violência doméstica passa a ser escondida pela vítima e pelo companheiro, chegando a mulher a isolar-se dos sistemas freqüentados pelo casal (Dutton & Goland, 1997; Hirigoyen, 2006).

A violência de gênero, portanto, independe dos sexos da vítima e do agressor, sendo formada essencialmente na relação, podendo ambos ter responsabilidade, mas, ainda assim, sendo o homem seu principal causador a partir do assujeitamento da mulher. Essa relação violenta indica, para a Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner, 2004), uma disfunção nos processos proximais, dada a dificuldade dos cônjuges de manterem o controle e a integração de seus comportamentos um com o outro e nos diferentes sistemas que freqüentam.

Para Cecconello e Koller (2003), contextos desfavoráveis e/ou desorganizados, como favoráveis e/ou estáveis, interferem no resultado dos processos proximais. Quando ocorre disfunção no processo, o impacto no desenvolvimento da pessoa será menor em ambientes favoráveis e/ou estáveis do que nos ambientes desfavoráveis e/ou desorganizados pelo fato de nestes contextos a disfunção se manifestar mais freqüente e intensamente.

Nível Contextual

Na Teoria Bioecológica, o contexto é dividido em quatro níveis ambientais que interagem, a saber: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. O primeiro deles simboliza a família, que é o sistema mais imediato com que a pessoa estabelece relações sociais, face a face. É na família onde deve estar a principal fonte de apoio sócio-afetivo da pessoa, segundo Bronfenbrenner (1979/2002).

Estudos realizados por Crook, Goodall, Baker e Hughes (2006) afirmam que os pais, especialmente o pai, podem combater as violências contra as mulheres, prevenindo fatores de risco. Evitando que os filhos tenham experiências de rejeição durante a infância e oferecendo uma educação de masculinidade saudável (i.e., sem violência de gênero), os pais possibilitam que seus filhos, quando adultos, tenham comportamentos saudáveis.

Ainda em relação à família, Minuchin (1982) ressalta ser ela um sistema aberto em constante transformação, a partir da troca de informações com outros sistemas. A relação de dois ou mais sistemas freqüentados ativamente pela pessoa representa, para Bronfenbrenner (1979/2002), o mesossistema. Portanto, o relacionamento violento entre um casal é influenciado e influencia a família extensa, vizinhos, amigos e colegas.

Apesar do crescente índice de violência contra a mulher em países com altos níveis de qualidade de vida (Krug et al., 2003), desvinculando a ligação entre pobreza e violência, investigações brasileiras destacam essa relação, afirmado ser cinco vezes maior a probabilidade de violência de gênero com pessoas que estão na linha da pobreza (Bucher-Maluschnke, 2004; Narvaz & Koller, 2006a). Para esses estudos nacionais, o meio ambiente de miséria está comumente atrelado a condições de risco, como falta de segurança física e habitacional, presença de tráfico, roubos, estupros, desemprego e escassez de recursos financeiros do casal. Esses fatores estressores afetam a qualidade

das relações conjugais, podendo ocasionar situações de risco à violência (Cecconello & Koller, 2003).

Para reduzir essas condições de risco, as redes de apoio social e afetivo exercem função importante. Definidas como os ambientes nos quais a pessoa freqüenta ativa e não ativamente, como os serviços de saúde, de assistência social, de educação e de direitos, essas redes de apoio colaboram para proteção dos parceiros, promovendo estratégias para saída das situações estressoras, oferecendo apoio, principalmente emocional (Bal, Crombz, van Oost, & Debourdeaudhuij, 2003; Brito & Koller, 1999; Carlson et al., 2002; Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003; Poletto & Koller, 2002). A Teoria Bioecológica define como exossistema cada um desses contextos não freqüentados ativamente pela pessoa (Bronfenbrenner, 1979/2002, 2004).

Mulheres que não têm apoio extraconjugal, com uma estrutura de rede empobrecida, sentem-se isoladas socialmente e dependentes financeira e emocionalmente do companheiro abusador (Narvaz & Koller, 2004, 2006c). Silenciar, permanecendo na situação de maus-tratos, significa para elas não perder o único apoio que têm (Saffioti, 2005).

Pesquisas realizadas por Kocot e Goodman (2003) revelam, contudo, que não apenas o tamanho e a composição, mas também a qualidade da rede interferem nos maus-tratos. Foi constatado nesses estudos que mulheres possuidoras de uma rede extraconjugal ampla que oferece conselhos difusos ou de manutenção e legitimação da relação violenta (e não conselhos claros de abandonar a relação) são propensas a sofrer conflito mental, agravando sintomatologias psicológicas, como depressão e TEPT.

Segundo Koziol-McLain e colegas (Glass et al., 2004; Koziol-McLain et al., 2001; Sharps et al., 2001), as instituições de saúde e de justiça têm grande parcela de culpa na falta de prevenção à violência de gênero, particularmente no “femicídio” (assassinato de mulheres). Koziol-McLain comprova que das vítimas de “femicídio” cometido pelo companheiro, mais da metade teve, anterior à sua morte, passagem em hospitais e delegacias. O motivo da procura por essas instituições foi queixa de maus-tratos e sintomas característicos da violência de gênero.

Apesar de a mulher que sofre maus-tratos costumar esconder dos sistemas de saúde, assistência social e justiça a agressão sofrida, a falta de preparo dos profissionais em oferecer melhores atendimentos preventivos e de apoio, em lugar de paliativos, também tornam a rede de apoio à mulher ainda mais frágil e desestruturada (Kronbauer & Meneghel, 2005). Leis como a 9.099/95 incentivavam a violência doméstica por condonar os agressores a penas brandas como pagamento de multa, cesta básica à mulher vítima ou o cumprimento de trabalho comunitário. De acordo com Saffioti (2005), essa fragilidade da rede de apoio cria no imaginário do perpetrador a certeza de sua impunidade, incentivando seu ato agressivo.

Na busca de melhorar a rede de apoio social e afetivo, a OPAS fomentou a implementação de políticas e normas legais para fortalecer a capacidade dos países na resposta

à agressão do casal (Hartigan, 1997). Influenciados, o Poder Público e a sociedade civil brasileira criaram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com medidas preventivas e inclusivas da mulher-vítima (Brasil, 2004, 2006) e instituíram o projeto de lei 11.340/2006, também conhecido como Lei Maria da Penha (I. B. Gomes, 2006), que determina medidas punitivas mais severas aos perpetradores. Essas políticas, entretanto, são ainda focadas na mulher vítima, não na sua família, e essencialmente na punição do agressor, e não no seu tratamento.

As macroinstituições, como os Governos Federal, Estadual e Municipal, exercem influência preponderante na pessoa, interferindo nas interações de todos os níveis ambientais. Suas políticas públicas refletem nos padrões reais e potenciais das inter-relações das pessoas e na organização da sociedade. O último nível ambiental da Teoria Bio-ecológica é constituído pelas influências dessas macroinstituições, como dos costumes, padrões sociais, ideologias, crenças, culturas e subculturas da pessoa (Bronfenbrenner, 1979/2002, 2004).

Segundo a literatura transcultural (Heise, 1998; Hirigoyen, 2006; Saffioti, 2004, 2005; Shalhoub-Kevorkian, 1999), um dos maiores fatores macrossistêmicos que promovem a violência contra a mulher é o da masculinidade ser ligada, em algumas culturas, à dominação, ao controle e à honra. Em sociedades nas quais existe maior igualdade entre as relações de gênero e com baixo índice de violência, a família e a comunidade se sentem no direito e na obrigação de interferir na violência conjugal.

Pesquisas sugerem que em sociedades nas quais a religião predominante confere ao homem um lugar de dominação e de destaque, existe maior aceitação da violência contra a mulher (Saffioti, 2004). Segundo o Skandapurana, texto sagrado do Hinduísmo:

a esposa deve se alimentar apenas após o marido . . . se ele (marido) a violentar, ela não pode perder sua témpera . . . Ela nunca deve se sentar em um lugar mais elevado que seu esposo e nunca deve olhar irritadamente para ele. (Heise, 1998, p. 281).

Num estudo populacional com cerca de 6.926 homens indianos, mais da metade concordaram que a esposa poderia ser punida fisicamente em circunstâncias de desrespeito ao marido e 30% afirmaram já ter violentado suas companheiras (Heise, 1998). Em algumas sociedades árabes, o corte do hímen e a costura dos grandes lábios são práticas aprovadas pelas crenças locais que acreditam que o prazer sexual é proibido às mulheres (Saffioti, 2004; Shalhoub-Kevorkian, 1999).

Obviamente, os fatores macrossistêmicos não justificam nem explicam, por si, a violência cometida contra a mulher. Porém, como observado nos estudos, é inegável a sua influência na violência de gênero. A violência existente em um sistema não ocorre por acaso, mas também é aprendida a partir de uma transmissão geracional, fazendo-se necessário compreender seu nascimento e seu desenvolvimento histórico (Bronfenbrenner, 1979/2002, 2004).

Nível Temporal

A Teoria Bioecológico divide o Cronossistema (nível temporal) em microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo refere-se à continuidade *versus* descontínuidade das relações bidirecionais das pessoas que sucedem em ambientes estáveis no aqui e agora. O mesotempo compreende os amplos intervalos de tempo, como dias, semanas, meses e anos, nos quais os episódios do microtempo ocorrem. Finalmente, o macrotempo destina-se aos eventos e às expectativas de mudanças que acontecem na ampla sociedade, tanto dentro como por intermédio das gerações, afetando e sendo afetados pela pessoa (Bronfenbrenner, 2004).

Nessa perspectiva, a violência de gênero é percebida tanto por meio de sua história microgenética (aqui e agora) como por sua história ontogenética, ou seja, agressor e vítima são compreendidos por suas inter-relações no seu meio ambiente ecológico em eventos atuais, mais distantes, em sua história geracional e na própria História.

Relatos históricos indicam que a violência contra a mulher é um fenômeno existente desde a Antigüidade clássica (Bauer, 2001), tendo suas origens nas relações de dominação masculina sobre a feminina, denominada de patriarcalismo. Segundo Saffioti (2004, 2005), a instauração do patriarcado teve seu início por volta do ano 3100 a.C., consolidando-se no ano 600 a.C. Antes desse período, existia uma igualdade entre gêneros, mas, com o advento da sociedade privada, ocorreu que o homem passou a desejar deter o poder, de modo exclusivo, dessa sociedade.

A própria etimologia de família (*famulus* em latim), que significa “as coisas e pertences do senhor”, indica essa ordem patriarcal (Engels, 1884/2002) que, atravessando as gerações de forma inconsciente como uma herança genealógica sociocultural, manteve por séculos a dominação masculina sobre a mulher e a família (I. C. Gomes, 2005). Narvaz, em seus estudos sobre transgeracionalidade e violência contra a mulher (Narvaz, 2002; Narvaz & Koller, 2004, 2006b, 2006c), assevera que a estrutura familiar patriarcal naturalizou as agressões masculinas contra a mulher e a passividade feminina a elas, conservando o ciclo da violência e do poder masculino.

Para Heise (1998), hábitos e condutas violentas provenientes de gerações anteriores podem ser transmitidos inter-geracionalmente, existindo várias explicações para essa transmissão. Dentre elas, a perspectiva da aprendizagem social é a mais referendada na literatura (Hirigoyen, 2006; Kwong et al., 2003; Renner & Slack, 2004; Simons, Whitbeck, Conger, & Chyi-In, 1991).

Famílias abusivas que ensinam aos seus descendentes que o uso da violência é a forma mais viável para tratar os conflitos interpessoais (Bandura, 1973) aumentam em duas vezes a probabilidade desses descendentes se tornarem agressores quando atingirem a idade adulta (Kwong et al., 2003). Esse efeito se torna ainda maior quando a mãe é quem transmite esse aprendizado, segundo Simons et al. (1991). Mulheres que sofreram violência quando criança e/ou presenciaram a mãe sofrer, costumam buscar parcei-

ros violentos e tornar-se pessoas impotentes à violência (Renner & Slack, 2004). Essa impotência vulnerabiliza a mulher, fazendo-a não se defender durante as agressões e a permanecer com o parceiro (Hirigoyen, 2006).

Estudos longitudinais e retrospectivos (Bucher-Maluschke, 2004; Carvalho-Barreto, Vidal, & Bucher-Maluschke, 2004; Dutton & Goland, 1997; Kwong et al., 2003; Renner & Slack, 2004) garantem também que muitos dos homens que cometem violência de gênero tiveram experiências infantis não saudáveis (e.g., passaram fome, foram abusados física e/ou sexualmente), tendo essas vivências ocorrido tanto dentro como por intermédio de uma geração. Experiências intrageracionais não saudáveis são tão potencializadoras no desenvolvimento de pessoas violentas quanto as intergeracionais, especialmente se essas experiências ocorrersem na infância.

Considerações Finais

Uma perspectiva bioecológica sobre a violência contra a mulher promove uma melhor congruência das pesquisas sobre essa temática, propiciando que futuras investigações científicas possam ter uma visão mais ampla sobre esse fenômeno. A multidimensionalidade que o modelo de Bronfenbrenner traz reforça ainda mais que a intervenção contra a violência não deve ocorrer apenas em parâmetros de políticas públicas ou melhorias nos programas de atendimento à vítima e ao agressor, mas em todos os níveis de relação interpessoal dos homens e das mulheres, envolvendo a participação da sociedade civil, das instâncias governamentais e das instituições nacionais e internacionais.

Referências

- Assis, S. G., & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: Infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz.
- Bal, S., Crombz, G., van Oost, P., & Debourdeaudhuij, I. (2003). The role of social support in well-being and coping with self-reported stressful events in adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1377-1395.
- Bandura, A. (1973). *Aggression: A social learning analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bauer, C. (2001). *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo, SP: Xamã.
- Brasil. (2004). *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil. (2006). *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação 2005, 2006*. Brasília, DF: Autor.
- Brecklin, L. R. (2002). The role of perpetrator alcohol use in the injury outcomes of intimate assaults. *Journal of Family Violence*, 17, 185-197.
- Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-126). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artemed. (Original publicado em 1979)

Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C. & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento Humano e Violência de Gênero: Uma Integração Bioecológica.

- Bronfenbrenner, U. (Ed.). (2004). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2003). Família, locus de vivências: Do amor à violência. In T. Feres-Carneiro (Ed.), *Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 169-183). Rio de Janeiro, RJ: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2004). Vínculo, afetividade e violência: Desafios para a família e a sociedade. In J. S. N. F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke, & K. Hermanns (Eds.), *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática* (pp. 157-170). Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer.
- Carlson, B. E., McNutt, L.-A., Choi, D., & Rose, I. M. (2002). Intimate partner abuse and mental health: The role of social support and others protective factors. *Violence Against Women*, 8, 720-745.
- Carvalho-Barreto, A., Vidal, A. A., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2004). Agressor sexual na dinâmica relacional da família: Um estudo de caso. In J. S. N. F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke, & K. Hermanns (Eds.), *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática* (pp. 197-212). Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 8, 45-54.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 515-524.
- Crook, C. V., Goodall, G. R., Baker, L. L., & Hughes, R. (2006). Preventing violence against women: Engaging the fathers of today and tomorrow. *Cognitive and Behavioral Practice*, 13, 82-93.
- Diniz, G., & Pomdaag, M. (2004). Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos de violência doméstica. In J. S. N. F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke, & K. Hermanns (Eds.), *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática* (pp. 171-185). Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer.
- Dutton, D., & Goland, S. (1997). *El golpeador. Un perfil psicológico*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Engels, F. (2002). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, SP: Centauro. (Original publicado em 1884)
- Espindola, C. R., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., & Santos, A. P. (2004). A mulher no contexto da violência. In J. S. N. F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke, & K. Hermanns (Eds.), *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática* (pp. 213-230). Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer.
- Galvani, S. (2006). Alcohol and domestic violence. *Violence Against Women*, 12, 641-662.
- Garbarino, J., & Crouter, A. (1978). Defining the community context for parent-child relations: The correlates of child maltreatment. *Child Development*, 49, 604-616.
- Glass, N., Koziol-McLain, J., Campbell, J., & Block, C. R. (2004). Female-perpetrated femicide and attempted femicide: A case study. *Violence Against Women*, 10, 606-624.
- Gomes, I. B. (2006). *Instruções para atendimento nos casos de violência doméstica contra a mulher com base na lei 11.340/2006*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Gomes, I. C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: Um relato de caso. *Boletim de Psicologia*, 55, 177-188.
- Gomes, R. (2003). A mulher em situação de violência sob a ótica da saúde. In M. C. S. Mynayo & E. R. Souza (Eds.), *Violência sob o olhar da saúde: A infrapolítica da contemporaneidade brasileira* (pp. 199-222). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz.
- Guareschi, N. M. F., Weber, A., Comunello, L. N., & Nardini, M. (2006). Discussões sobre violência: Trabalhando a produção de sentidos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 122-130.
- Hartigan, P. (1997). La OPS enfoca el problema de la violencia contra la mujer. *Revista Panamericana Salud Pública*, 2, 290-294.
- Heise, L. L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, 4, 262-290.
- Hirigoyen, M.-F. (2006). *A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física* (M. H. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Jacobucci, P. G., & Cabral, M. A. A. (2004). Depressão e traços de personalidade em mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26, 215-215.
- Kocot, T., & Goodman, L. (2003). The roles of coping and social support in battered women's mental health. *Violence Against Women*, 9, 323-346.
- Koziol-McLain, J., Coates, C. J., & Lowenstein, S. R. (2001). Predictive validity of a screen for partner violence against women. *American Journal of Preventive Medicine*, 21, 93-100.
- Kronbauer, J. F. D., & Meneghel, S. N. (2005). Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública* (São Paulo), 39, 695-701.
- Krug, E. G., Dalhberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds.). (2003). *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Genebra, Suíça: Organização Mundial de Saúde.
- Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J. Z., & Trinke, A. (2003). The intergeneration transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology*, 17, 288-301.
- Loxton, D., Schofield, M., Hussain, R., & Mishra, G. (2006). History of domestic violence and physical health in midlife. *Violence Against Women*, 12, 715-731.
- Martins, M. A. F., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2005). Bater para educar ou maltratar? Contribuições ao estudo da violência intrafamiliar. In L. F. Costa & T. M. C. Almeida (Eds.), *Violência no cotidiano: Do risco a proteção* (pp. 59-73). Brasília, DF: Universa.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Narvaz, M. (2002). A transmissão transgeracional da violência. *Insight*, 11, 17-22.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). Famílias, gêneros e violência: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. N. Strey, M. P. R. Azambuja, & F. P. Jaeger (Eds.), *Violência, gênero e políticas públicas* (pp. 149-176). Porto Alegre, RS: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006a). A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 395-406.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006b). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Revista Psicologia e Sociedade*, 18, 49-55.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006c). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37, 7-13.
- Poletto, R. C., & Koller, S. H. (2002). Rede de apoio social e afetivo de crianças em situação de pobreza. *Psico*, 33, 151-176.

- Renner, L. M., & Slack, K. S. (2004). Intimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra- and intergenerational connections. *Child Abuse & Neglect*, 30, 599-617.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H. I. B. (2005). Gênero e patriarcado. In M. Castillo-Martín & S. Oliveira (Eds.), *Marcadas a ferro: Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar* (pp. 35-76). Brasília, DF: Presidência da República.
- Shalhoub-Kevorkian, N. (1999). The politics of disclosing female sexual abuse: A case study of Palestinian society. *Child Abuse & Neglect*, 23, 1275-1293.
- Sharps, P. W., Koziol-McLain, J., Campbell, J., McFarlane, J., Sachs, C., & Xu, X. (2001). Health care providers' missed opportunities for preventing femicide. *Preventive Medicine*, 33, 373-380.
- Simons, R. L., Whitbeck, L. B., Conger, R. D., & Chyi-In, W. (1991). Intergenerational transmission of harsh parenting. *Developmental Psychology*, 27, 159-171.
- Swan, S. C., & Snow, D. L. (2003). Behavioral and psychological differences among abused women who use violence in intimate relationship. *Violence Against Women*, 9, 75-109.
- Toro-Alfonso, J., & Rodríguez-Madera, S. (Eds.). (2005). *Al margen del género: la violencia doméstica en parejas del mismo sexo*. Porto Rico, DF: Huracán.